

**A CONSTITUIÇÃO DAS TABELAS UNIFICADAS DO CONSELHO  
NACIONAL DE JUSTIÇA E DO MINISTÉRIO PÚBLICO BRASILEIRO**

*análise histórica*

**THE ESTABLISHMENT OF THE UNIFIED TABLES OF THE NATIONAL  
COUNCIL OF JUSTICE AND THE BRAZILIAN PUBLIC PROSECUTOR'S  
OFFICE**

*a historical analysis*

***Leididaina Araújo e Silva***

Ministério Público do Estado do Amapá

**E-mail:** leididaina.silva@mpap.mp.br

**RESUMO**

Apresenta o histórico da construção das Tabelas Unificadas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). Aborda a criação das tabelas no âmbito do Ministério Público, por meio da Resolução nº 63, de 1º de dezembro de 2010, e a implementação da Gestão de Documentos por meio das Resoluções nº 158/2017, que institui o Plano Nacional de Gestão de Documentos e Memória, e nº 225/2021, que estabelece o Plano de Classificação e a Tabela de Temporalidade. O método utilizado consistiu na análise documental dos atos legais e normativos que criaram e implementaram as Tabelas Unificadas no Poder Judiciário e no Ministério Público. Os resultados apontam que, embora as tabelas não tenham seguido rigorosamente um padrão numérico lógico/hierárquico tradicional da arquivologia, elas otimizam significativamente a classificação processual, a interoperabilidade entre os órgãos de justiça e a consistência na elaboração de relatórios estatísticos e gerenciais.

**Palavras-chave:** Informação; Conhecimento; Gestão de Documentos; Taxonomia Documental; Tabelas Unificadas.

**ABSTRACT**

This paper presents the history of the construction of the Unified Tables of the National Council of Justice (CNJ) and the National Council of the Public Prosecutor's Office (CNMP). It addresses the creation of the tables within the Public Prosecutor's Office,

XII Congresso Internacional em Tecnologia e Organização da Informação

Guimarães, 24 de junho a 10 de julho de 2026

ISSN: 2965-4130

**DOI:** 10.5281/zenodo.23099870

through Resolution No. 63, of December 1, 2010, and the implementation of Document Management through Resolutions No. 158/2017, which establishes the National Plan for Document and Memory Management, and No. 225/2021, which establishes the Classification Plan and the Retention Schedule. The method used consisted of a documentary analysis of the legal and normative acts that created and implemented the Unified Tables in the Judiciary and the Public Prosecutor's Office. The results indicate that, although the tables did not strictly follow a traditional logical/hierarchical numerical pattern of archival science, they significantly optimize procedural classification, interoperability between justice bodies, and consistency in the preparation of statistical and management reports.

**Keywords:** Information; Knowledge; Document Management; Document Taxonomy; Unified Tables

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Emenda Constitucional nº 45, de 30 de dezembro de 2004. Altera dispositivos dos arts. 5º, 36, 52, 92, 93, 95, 98, 99, 102, 103, 104, 105, 107, 109, 111, 112, 114, 115, 125, 126, 127, 128, 129, 134 e 168 da Constituição Federal, e acrescenta os arts. 103-A, 103-B, 111-A e 130-A, e dá outras providências. Disponível em: [https://planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/emendas/emc/emc45.htm](https://planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc45.htm). Acesso em: 18 maio 2026.

BRASIL. Lei nº 11.419, de 19 de dezembro de 2006. Dispõe sobre a informatização do processo judicial; altera a Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 143, n. 243, p. 2–3, 20 dez. 2006.

BRASIL. Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 9 jan. 1991.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ). Resolução nº 12, de 14 de fevereiro de 2006. Cria o Banco de Soluções do Poder Judiciário e dá outras providências. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/atos-normativos?documento=206>. Acesso em: 18 maio 2026.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ). Resolução nº 3, de 16 de abril de 2013. Institui o Modelo Nacional de Interoperabilidade do Poder Judiciário e do Ministério Público e dá outras providências. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/1721>. Acesso em: 18 maio 2026.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ). Resolução nº 46, de 18 de dezembro de 2007. Cria as Tabelas Processuais Unificadas do Poder Judiciário, e dá outras providências. Conselho Nacional de Justiça. Brasília. Disponível em: [https://atos.cnj.jus.br/files/resolucao\\_46\\_18122007\\_04042019134854.pdf](https://atos.cnj.jus.br/files/resolucao_46_18122007_04042019134854.pdf). Acesso em: 18 maio 2026.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ). Resolução nº 9, de 24 de maio de 2022. Altera a Resolução Conjunta CNMP/CNJ no 3, de 16 de abril de 2013, que instituiu o Modelo Nacional de Interoperabilidade do Poder Judiciário e do Ministério Público. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/files/original1736262022102563581e9a2f518.pdf>. Acesso em: 18 maio 2026.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ). Termo de Cooperação Técnica nº 58/2009. Conselho Nacional de Justiça. Brasília, 9 de junho de 2009. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/transparencia-cnj/gestao-administrativa/acordos-termos-e-convenios/termos-de-cooperacao-tecnica/termos-de-cooperacao-tecnica-encerrado/termo-de-acordo-de-cooperacao-tecnica-n-0582009/>. Acesso em: 18 maio 2026.

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO (CNMP). **Manual das Tabelas Unificadas do Ministério Público – Área-Meio**. Brasília: CNMP, 2016. Disponível em: [https://www.cnmp.mp.br/portal/images/stories/Destaques/Publicacoes/Manual\\_das\\_Tabelas\\_Unificadas\\_-\\_CNMP\\_v5\\_1.pdf](https://www.cnmp.mp.br/portal/images/stories/Destaques/Publicacoes/Manual_das_Tabelas_Unificadas_-_CNMP_v5_1.pdf). Acesso em: 18 maio 2026.

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO (CNMP). **Resolução nº 123, de 12 de maio de 2015**. Altera a Resolução CNMP nº 63, de 1º de dezembro de 2010, para incluir as Tabelas Unificadas da área de gestão administrativa. Brasília, DF: CNMP, 2015. Disponível em: <https://www.cnmp.mp.br/portal/images/Resolucoes/Resolu%C3%A7%C3%A3o-123.pdf>. Acesso em: 18 maio 2026.

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO (CNMP). **Resolução nº 158, de 31 de janeiro de 2017**. Institui o Plano Nacional de Gestão de Documentos e Memória do Ministério Público – PLANAME e seus instrumentos. Brasília, DF: CNMP, 2017. Disponível em: <https://www.cnmp.mp.br/portal/images/Resolucoes/Resolu%C3%A7%C3%A3o-158.pdf>. Acesso em: 18 maio 2026.

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO (CNMP). **Resolução nº 158, de 31 de janeiro de 2017**. Institui o Plano Nacional de Gestão de Documentos e Memória do Ministério Público – Planame e seus instrumentos. Brasília: CNMP, 2017. Disponível em: <https://www.cnmp.mp.br/portal/images/Resolucoes/Resolu%C3%A7%C3%A3o-158.pdf>. Acesso em: 18 maio 2026.

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO (CNMP). **Resolução nº 174, de 4 de julho de 2017**. Disciplina, no âmbito do Ministério Público, a instauração e a tramitação da Notícia de Fato e do Procedimento Administrativo. Brasília, DF: CNMP, 2017. Disponível em: <https://www.cnmp.mp.br/portal/images/Resolucoes/Resolucao-174-1.pdf>. Acesso em: 18 maio 2026.

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO (CNMP). **Resolução nº 181, de 7 de agosto de 2017**. Dispõe sobre instauração e tramitação do procedimento investigatório criminal a cargo do Ministério Público. Brasília, DF: CNMP, 2017. Disponível em: <https://www.cnmp.mp.br/portal/images/Resolucoes/Resolucao-181-1.pdf>. Acesso em: 18 maio 2026.

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO (CNMP). **Resolução nº 225, de 14 de dezembro de 2021**. Dispõe sobre a política de gestão documental e gestão da memória no âmbito do Ministério Público. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 15 dez. 2021. Disponível em: <https://www.cnmp.mp.br/portal/atos-e-normas/ato-normativo?numero=225&ano=2021>. Acesso em: 18 maio 2026.

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO (CNMP). **Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007**. Regulamenta os artigos 6º, inciso VII, e 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75/93 e os artigos 25, inciso IV, e 26, inciso I, da Lei nº 8.625/93, disciplinando, no âmbito do Ministério Público, a instauração e tramitação do inquérito civil. Brasília, DF: CNMP, 2007. Disponível em: <https://www.cnmp.mp.br/portal/images/Resolucoes/2021/Resolucao-0231.pdf>. Acesso em: 18 maio 2026.

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO (CNMP). **Resolução nº 63, de 1º de dezembro de 2010**. Cria as Tabelas Unificadas do Ministério Público e dá outras providências. Disponível em: <https://www.cnmp.mp.br/portal/images/Resolucoes/Resolucao-A7-A3o-0632.pdf>. Acesso em: 18 maio 2026.